

# O Essencial da Arquitetura e Urbanismo

Jeanine Mafra Migliorini  
(Organizadora)



 **Atena**  
Editora

Ano 2018

Jeanine Mafra Migliorini  
(Organizadora)

# O Essencial da Arquitetura e Urbanismo

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E78	O essencial da arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa (SP): Atena Editora, 2018.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-85107-60-4 DOI 10.22533/at.ed.604182310  1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Migliorini, Jeanine Mafra.  CDD 720
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Arquitetura é expressão artística que transmite valores, ideias, concepções do período que acontece, tem implicações na sociedade, e por ela é influenciada, e por isso, pode ser apontada como guardiã de uma estrutura cultural. A maneira de ver e pensar a arquitetura é resultado do contexto histórico que se insere. Discutir arquitetura é discutir cultura, arte, sociedade.

A cidade é o lugar de acontecimento da arquitetura, por isso ela está entre as mais públicas expressões artísticas, forma não verbal de expressão coletiva, elemento de ligação, e simultaneamente separação, do privado e do público; a sua concretização, em forma de edificações, compõem as cidades. Através da arquitetura, suas alterações e ressignificações, analisamos a dinâmica da cidade na história. Suplantando essas mudanças, só é possível reconhecer um ambiente, uma paisagem urbana, se nela permanecerem elementos remanescentes de outras épocas. A paisagem urbana, e conseqüentemente sua arquitetura, é o resultado das relações entre o homem e o meio ambiente, é dinâmica, se altera conforme se modificam os usos do espaço.

Esses apontamentos são reflexões que nos permitem a compreensão do contexto em que se implantam as discussões sobre arquitetura, paisagem urbana, preservação, e demais possibilidades atreladas ao assunto. São discussões necessárias para a apreensão do espaço e de que maneira deve-se atuar sobre ele. Quando analisamos nossa realidade, a comparamos com o passado e fazemos previsões para o futuro, podemos perceber onde há necessidade de intervenção. Neste sentido surgem as discussões deste livro, que buscam, através dos mais variados temas nos colocar diante de uma realidade que precisa ser percebida por todos, para que possamos atuar de maneira significativa no contexto que vivemos.

Boa leitura e muitas reflexões!

Prof.<sup>a</sup> Jeanine Maфра Migliorini

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A CRIATIVIDADE NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM DE PROJETO DE ARQUITETURA: ALGUNS ELEMENTOS DE DISCUSSÃO	
<i>Gleice Azambuja Elali</i> <i>Maísa Fernandes Dutra Veloso</i>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>15</b>
CASAS SHODHAN E THIAGO DE MELLO: COMPARAÇÃO ENTRE OBRAS DE DOIS MESTRES DA ARQUITETURA MODERNA	
<i>Silvia Lopes Carneiro Leão</i>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>34</b>
ANÁLISE DAS DIFERENTES TIPOLOGIAS DO USO NO TIJOLO NA CONSTRUÇÃO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA POMPEIA	
<i>Cristiane Leticia Oppermann Thies</i> <i>Clarissa de Oliveira Pereira</i> <i>Fernanda Peron Gaspary</i>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>45</b>
ENTRE O DISCURSO E OS ELEMENTOS OBJETIVOS QUE DESCREVEM A FORMA DO MUSEU GUGGENHEIM DE GEHRY	
<i>Luciana Sandrini Rocha</i> <i>Adriane Borda Almeida da Silva</i>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>60</b>
MUSEUS COMO FENÔMENO DE MASSAS: ARTE, ARQUITETURA E CIDADE	
<i>Bianca Manzon Lupo</i>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>72</b>
O ESTADO-DA-ARTE DE LUGAR: EVOLUÇÃO DE UM CONCEITO	
<i>Lineu Castello</i>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>82</b>
EXPERIÊNCIA EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITATS DE REFORMA AGRÁRIA: UNIVERSIDADE, ESTADO E MOVIMENTO SOCIAL	
<i>Maria Cândida Teixeira de Cerqueira</i> <i>Amadja Henrique Borges</i> <i>Cecília Marilaine Rego de Medeiros</i>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>98</b>
O CORPO E A NARRATIVA DA CIDADE: DOS PRIMOS HOFFMANNIANOS A MARCOVALDO	
<i>Ricardo Luis Silva</i>	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>111</b>
PAISAGEM URBANA E ANÁLISE MORFOLÓGICA DE ANÁPOLIS A PARTIR DE TRÊS PARQUES PÚBLICOS	
<i>Wilton de Araujo Medeiros</i> <i>Jean Carlos Vieira Santos</i>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>128</b>
A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA CIDADE FRENTE AOS GRANDES PROJETOS URBANOS: REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PORTUÁRIAS DE AUCKLAND E PORTO ALEGRE	
<i>César Wagner</i> <i>Lúcia Camargos Melchioris</i>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>144</b>
RIO PARAIBUNA: PAISAGEM, ESPAÇOS LIVRES E FERRAMENTAS DE ANÁLISE DO TERRITÓRIO	
<i>Lívea Rocha Pereira Penna</i> <i>Antonio Ferreira Colchete Filho</i>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>156</b>
PAISAGEM CULTURAL FERROVIÁRIA, PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E ÓRGÃOS DE PRESERVAÇÃO	
<i>Luciana Massami Inoue</i>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>173</b>
CIDADE E ESPORTE: PAISAGEM E ESPAÇO PÚBLICO EM CENA	
<i>Karliane Massari Fonseca</i> <i>Marcelo Ribeiro Tavares</i> <i>Lucia Maria Sá Antunes Costa</i> <i>Antonio Colchete Filho</i>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>182</b>
A REPRESENTAÇÃO DAS FAVELAS NO MAPEAMENTO E INFORMAÇÃO DO TURISMO NO RIO DE JANEIRO	
<i>Núbia França de Oliveira Nemezio</i> <i>Fernanda Gomes de Oliveira</i>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>197</b>
A MEDIDA DE CENTRALIDADE POR PROXIMIDADE E SUAS RELAÇÕES COM A FORMA URBANA	
<i>Daniel Trindade Paim</i> <i>Ana Paula Neto de Faria</i>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>213</b>
AVALIAÇÃO “PORÇÃO NOROESTE” EM RELAÇÃO A OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE SENADOR CANEDO EM GOIÁS: ESTUDO DE CASO	
<i>Antônio Henrique Capuzzo Martins</i> <i>Beatriz Ribeiro Soares</i> <i>João Dib Filho</i>	

<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>223</b>
VAZIOS URBANOS E SEUS NOVOS USOS: REFLEXÕES PARA A FORMA URBANA DE FORTALEZA (CE)	
<i>Emanuel Ramos Cavalcanti</i>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>241</b>
URBANISMO SUSTENTÁVEL: HÁ UM CAMINHO BRASILEIRO?	
<i>José Almir Farias Filho</i>	
<i>Denise Barcellos Pinheiro Machado</i>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>253</b>

## PAISAGEM URBANA E ANÁLISE MORFOLÓGICA DE ANÁPOLIS A PARTIR DE TRÊS PARQUES PUBLICOS

### **Wilton de Araujo Medeiros**

Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Curso  
de Arquitetura e Urbanismo  
Anápolis (GO)

### **Jean Carlos Vieira Santos**

Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Curso  
de Turismo  
Caldas Novas (GO)

**RESUMO:** Fenômenos como dispersão, verticalização, segregação e adensamento conformam funcional e morfologicamente a cidade brasileira na segunda metade do século XX. Algumas dessas características aparecem inclusive em cidades médias e pequenas. A segregação urbana, por exemplo, resulta no casario ou espaço habitacional desigualmente construído, mas também expressa sistemas de espaços livres em que o investimento em infraestrutura verde é desigual. Podemos, portanto observar que o equilíbrio ambiental urbano é decorrente da forma como os elementos morfológicos se relacionam e como estes resultam do modo como os agentes produtores atuam e se relacionam nas esferas pública e privada. Investigando o sistema de espaços livres da cidade de Anápolis, sobretudo as transformações ocorridas em três parques: Parque da Liberdade; Parque da Cidade e Parque Ambiental Ipiranga. A presente

investigação pretende narrar o histórico desses parques, seu surgimento e transformações, e de modo comparativo relacioná-los a outros parques que fazem parte do sistema de espaços livres de Anápolis. Essa análise comparativa irá identificar as características de cada parque e aspectos da apropriação pelos usuários, bem como o papel dos agentes produtores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Espaços livres. Parques. Agentes produtores.

**ABSTRACT:** Phenomena such as dispersion, verticalization, segregation and densification conform functional and morphologically the brazilian city in the second half of the 20th century. Some of these features appear including in medium and small cities. Urban segregation, for example, results in the houses or housing space unevenly built, but also expresses systems of free spaces in which the investment in green infrastructure is uneven. We can therefore note that the urban environmental balance is due to the way the morphological elements relate and how these result from the way the producers agents act and relate in the public and private spheres. This research seeks to narrate the history of these parks, their emergence and transformation, and comparative way to relate them to other parks that are part of the open spaces system of Annapolis. This comparative analysis will identify the characteristics of each

park and aspects of ownership by users, as well as the role of producers agents.

**KEYWORDS:** Free spaces. Parks. Producer agents.

## INTRODUÇÃO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE TRÊS PARQUES EM ANÁPOLIS, APÓS OFICINA QUAPA/SEL

A paisagem urbana e o sistema de espaços livres começam a ser estudados pela metodologia do laboratório QUAPÁ – FAU/USP na Universidade Estadual de Goiás no primeiro semestre 2016, após a realização da Oficina QUAPA/SEL na cidade de Anápolis, em fevereiro deste ano.



Figuras 1a; b; c – Oficina QUAPA/SEL em Anápolis. 02/2016. Fonte: Acervo do autor.

Ainda durante a oficina, constatamos que os parques de Anápolis sobressaem dentre os espaços livres da cidade, tendo sido inaugurados três parques novos entre 2010 e 2014: Parque ambiental Ipiranga, Parque da Liberdade e Parque da cidade –, estando um quarto parque ainda em construção– Parque das Reboleiras.



Figura 2: Parque Ambiental Ipiranga. Fonte: Acervo QUAPÁ.



Figuras 3 e 4: Parque da Liberdade e Parque da Cidade. Fonte: Acervo do autor e Acervo QUAPÁ.

Importa ressaltar que o estudo bibliográfico desses parques, embora na fase inicial da pesquisa, corroboram para a compreensão de fenômenos como dispersão, verticalização, segregação e adensamento, os quais conformam funcional e morfologicamente a cidade brasileira na segunda metade do século XX – o quadro do paisagismo no Brasil.

A análise morfológica se dará inicialmente, de modo sintético e à luz de Panerai (2006) e Magalhães (2007) mostrando os processos morfológicos dos quais originaram a estrutura urbana de Anápolis, desde a sua origem em 1886 até 1976. Desde a Vila até a cidade agro-industrial. Sobre esta base morfológica consolidada é que serão localizados os três parques em estudo, a partir dos quais se discutirá a teoria das fragmentações nos processos de metropolizações e suas possíveis influências na cidade de Anápolis.

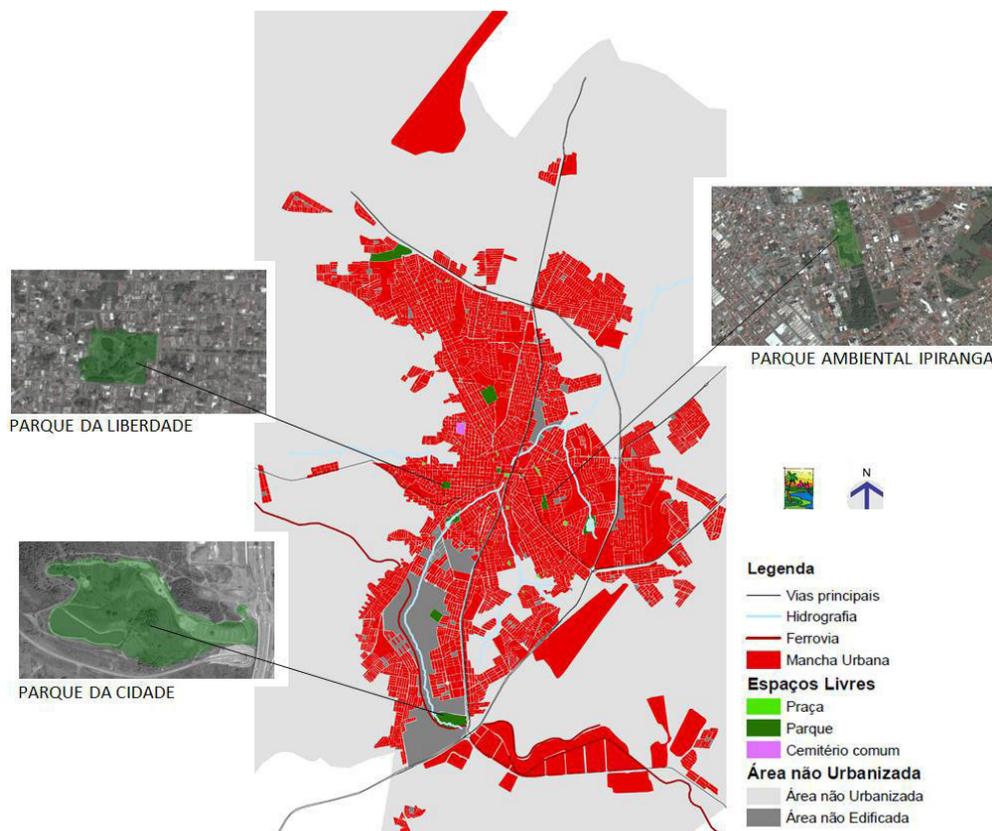


Figura 5 – Localização dos três parques em mapa desenvolvido durante Oficina QUAPA/SEL.  
Fonte: Acervo QUAPÁ.

Tal pesquisa irá focalizar que, neste caso estudado em Anápolis, a morfologia urbana é interdependente a fenômenos regionais de urbanização. Assim sendo, embora se processe a expansão intraurbana tal como preconiza Villaça (1998), a mesma também está ligada a fluxos regionais e estes interrelacionados as linhas de crescimento da cidade.

A indagação feita é: quais foram os agentes produtores desses novos espaços públicos criados na cidade, como tem se dado a apropriação pelos usuários, e, em que medida o estudo desses parques poderia servir para a compreensão de análises mais abrangentes do processo de urbanização. Esses parques recém-inaugurados serviriam então como índices, ou parte representada em estudo para a compreensão de um todo. A partir dessas indagações iniciamos a pesquisa bibliográfica aqui apresentada, visando também contribuir para a pesquisa “QUAPA Sel 2 – Os sistemas de espaços livres e a constituição da forma urbana contemporânea brasileira” (FAUUSP/FAPESP/CNPq).

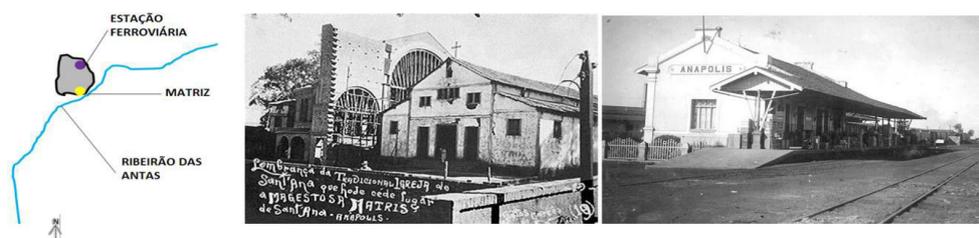
## MORFOLOGIA E ESTRUTURA URBANA – 1886/1976

O processo de urbanização foi esparso no interior do Brasil no período colonial e, diversas aglomerações surgiram como lugar de passagem de tropeiros. Dessa forma remontamos a origem de Anápolis, no final do século XIX (1886), denominada Vila de Santana das Antas, local de passagem e pouso às margens do Ribeirão das Antas. Em

um período de cerca de trinta anos, após ter sido emancipada e elevada à categoria de cidade, os seus aspectos morfológicos não se diferenciavam dos demais núcleos urbanos da interlândia com a matriz se destacando e seu adro principal em torno, em forte ligação com o campo.

Nas três décadas seguintes, quatro fenômenos urbanos irão dinamizar o ritmo cidade/campo de estagnação populacional e econômica, e propiciar àquela aglomeração inicial o aspecto morfológico de “cidade compacta”. Trata-se da construção de Goiânia que surge em 1933; a chegada da Ferrovia em 1935; o início da construção da Colônia Agrícola Nacional (CANG) em 1940; e a construção de Brasília a partir de 1957. Todos esses fenômenos estimularam a migração e o desenvolvimento que consolidou a malha urbana do centro original da cidade. Interessante observar, que esses dinamizadores da expansão são externos à cidade.

Morfologicamente marcado no tecido como um lugar singular, de concentração e acumulação histórica, de valor comercial e força simbólica, a construção da Estação Ferroviária foi a precursora e indutora do núcleo central de Anápolis – a cidade compacta original –, estabelecendo a linha de crescimento inicial na direção norte-sul, sem, contudo estabelecer “relação de contiguidade com os aspectos morfológicos” (MAGALHÃES, 2007) da Vila, simbolizados pela Matriz e pelo largo. Segundo Magalhães (2007: 86) a contiguidade está referenciada à transformação da cidade; o seu fator gerador é a inserção de um elemento que a modifica, mas que o faz a partir do reconhecimento de preexistências ambientais e culturais, sem, contudo constituir-se como um estado contínuo de persistência e repetição das características inerentes ao contexto, outrossim, a sua reinterpretação segundo as condições que variam com o tempo.



Figuras 6a; b; c: Croquis do núcleo original de Anápolis; Matriz e estação ferroviária, na década de 40.

Fonte: arquivo do autor; <http://vivaanapolis.com.br/a-cidade/historia/>; <http://vivaanapolis.com.br/a-cidade/historia/>.

Ao passo que o núcleo urbano original foi se consolidando, os dinamizadores externos continuaram sendo decisivos ao longo dos anos para a conformação da configuração morfológica de Anápolis ao gerar os “polos de crescimento” em sequência aos polos iniciais determinados pela matriz e estação ferroviária. Foram eles:

1. A expansão ao norte da cidade, marcado pelo surgimento da Companhia de Tecelagem Vicunha Têxtil S/A e sua Vila Operária na rodovia em direção a Ceres na Colônia Agrícola Nacional (CANG);



Figuras 7a; b: Rua principal da Vila e Tecelagem; Planta da Vila Jaira.

Fonte: Acervo fotográfico de <https://www.facebook.com/vilajaiara/>

2. A expansão ao sul da cidade, marcada pelo surgimento do Distrito Agro-Industrial de Anápolis (DAIA), em 1976, posicionado no acesso viário que liga Goiânia a Brasília.



Figuras 8a; b: Implantação do DAIA. Data: 1976.

Fonte: Revista Planeta Água nº 115. <http://www.revistaplanetaagua.com.br/materia/58135>

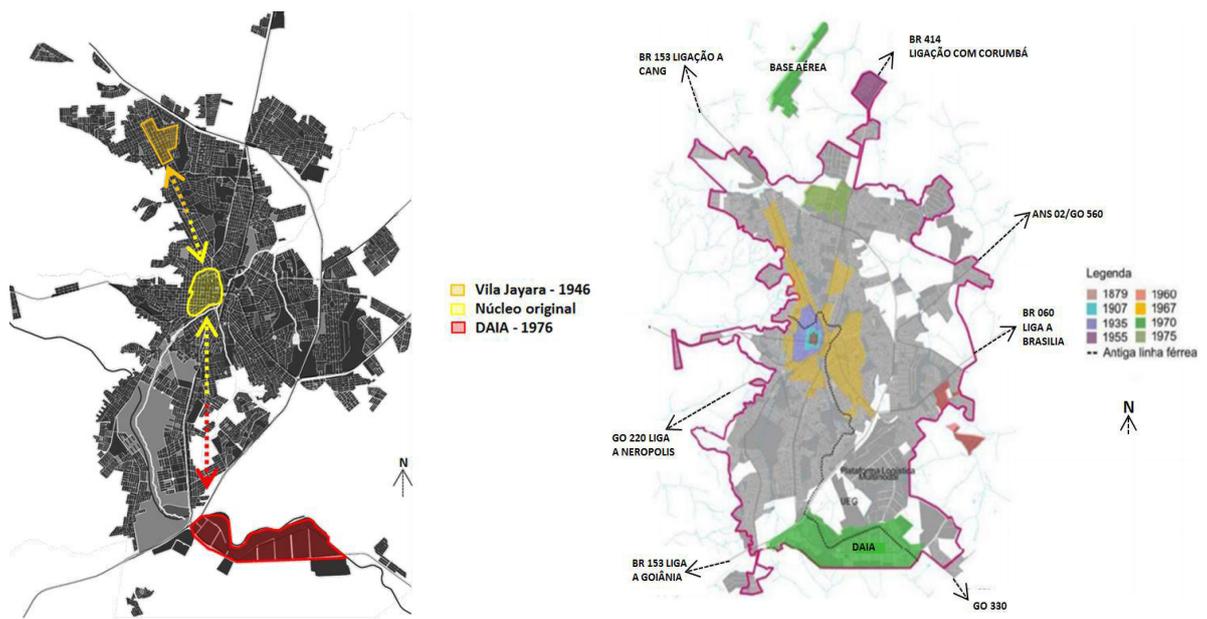
A linha de crescimento inicial na direção norte-sul – sentidos internos dinamizados pelos dois fatores externos acima mencionados –, é consolidada por esses dois polos de crescimento representados na figura 9a. Portanto, a partir do polo de crescimento inicial, contíguo, ocorreram os crescimentos secundários – “em geral, fragmentos de crescimentos lineares” (PANERAI, 2006: 62) –, que foram a formação de dois outros “polos de crescimento”.

Assim sendo, toda a morfologia urbana de Anápolis – inclusive a configuração dos seus espaços livres – é decorrente desses fenômenos morfológicos fundamentais, ambos ligados aos dinamizadores externos acima mencionados. As linhas de crescimento funcionam entre polos e, sob um ponto de vista orgânico (IDEM) não são limitadas ao estudo de traçados geométricos, mas resultam da tensão entre esses fragmentos.

Surgem esses dois polos de crescimento representados na figura acima, e mediados em tensão pelo núcleo original. Neste intervalo de trinta anos, de 1946 a 1976, o tecido urbano foi sendo ordenado na direção norte-sul e em suas laterais regulando os crescimentos secundários e os adensamentos, em resumo, provendo a estrutura.

A partir disso Anápolis foi se descentralizando e fragmentando as suas formas, sempre seguindo essa estrutura, também corroborada por outros elementos

reguladores tais como a rodovia enquanto limite de crescimento a Leste, e a topografia íngreme enquanto barreira de crescimento a Oeste.



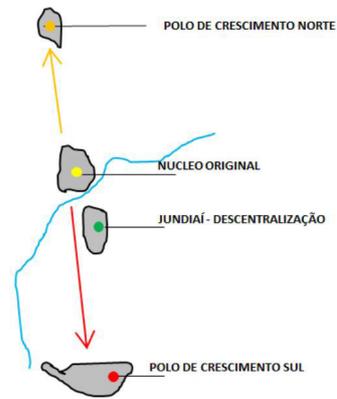
Figuras 9a; b: Polos e linhas de crescimento – a Norte, a vila Jaiara e a Sul, Distrito Agro Industrial (DAIA); Manchas de crescimento por períodos.

Fontes: Intervenção do autor sobre mapa do Acervo QUAPÁ; MATOS, 2011.

Sobre as descentralizações em Anápolis, Garcia (2012) observa que, peculiarmente, já nos anos 1960 e 1970 a Vila Jaiara ao norte da cidade desempenha certa autonomia e influência nos setores populares que a envolvem – fato que, se comparado com Goiânia, por ser muito mais jovem do que Anápolis, em 1950 e 1960 estava ainda consolidando seu centro tradicional, e em 1970 e 1980 concretizando a expansão da área central e a formação de novos subcentros e de centralidades.

A malha urbana continuamente foi se expandindo a norte e a sul. Ao norte, entre 1969 e 1972 houve a instalação da Base Aérea de Anápolis – que transformou a cidade em área de segurança nacional. Ao sul, inicia-se a consolidação de um bairro denominado Jundiáí, onde foram instalados modernos e diversificados serviços, os quais promoveram crescente deslocamento de pessoas para a sede do município, tanto para fixar residência, quanto para promover transações comerciais.

Interessante notar a aplicabilidade das análises de Villaça (1998) sobre o bairro Jundiáí, porque em decorrência da qualidade dos serviços oferecidos será vetor de crescimento intraurbano. Estando o local isolado do núcleo original da cidade pelo Ribeirão das Antas, esta expansão intraurbana também é importante para a nossa análise porque vai transpor o que era então uma “barreira natural”, por meio da canalização do curso d’água.



Figuras 10a; b: Bairro Jundiá, próximo ao Centro.

Fontes: Arquivo do autor; Acervo QUAPÁ.

O surgimento dos primeiros parques urbanos de Anápolis ocorre nesse período, e é um dos aspectos marcantes desse processo de expansão urbana, na medida em que insere na malha urbana espaços livres planejados para a fruição e lazer. E, cada vez mais a cidade ganha corpo de cidade média/intermediária, passando a se situar na intermediação entre a realidade metropolitana e a centralidade de cidade média exercida no centro-sul goiano. Esses primeiros parques urbanos, bem como os demais, foram posicionados às margens do Ribeirão das Antas ou dos afluentes que formam a sua bacia hidrográfica.

## SURGIMENTO DOS PRIMEIROS PARQUES URBANOS

Os primeiros parques urbanos de Anápolis foram posicionados próximos ao núcleo original da cidade e a bacia hidrográfica do Ribeirão das Antas. Ao mesmo tempo na área consolidada, mas também reforçando a linha de crescimento que se formou na direção norte-sul. Primeiramente, posicionado um pouco mais ao Norte, foi criado o Parque Municipal de Anápolis. Posteriormente, ao sul do núcleo original, o parque Senador Onofre Quinan.

O Parque Municipal de Anápolis, que passou a ser popularmente chamado de “parque da matinha”, localizado às margens do Córrego João Cesário (Figuras 11a; b; c) foi criado pelo Decreto nº 746 em 21 de dezembro de 1971 pelo prefeito Henrique Santillo. Neste parque também foi instalado um zoológico que foi desativado cerca de dez anos depois. Posteriormente à desativação do zoológico, instalou-se no local um parque de diversões infantil, motivo pelo qual também é também atualmente denominado “parque da criança”.

Em 1976, foi criado o segundo parque municipal. Localizado às margens da represa feita com as águas do Ribeirão das Antas – com barragem de nível para captação de água potável – onde funcionou até ser desativada em 1967 a primeira estação que abasteceu a cidade de Anápolis. Este parque passou a ter dois nomes populares, “parque da juventude” – talvez como contraponto ao “parque da criança” –

e “Central Parque”, sendo que oficialmente recebe o nome de Parque Senador Onofre Quinan. Este parque localizado no Ribeirão das Antas, atualmente está em obras, em decorrência de assoreamento ocorrido na represa e em trecho à montante do ribeirão.

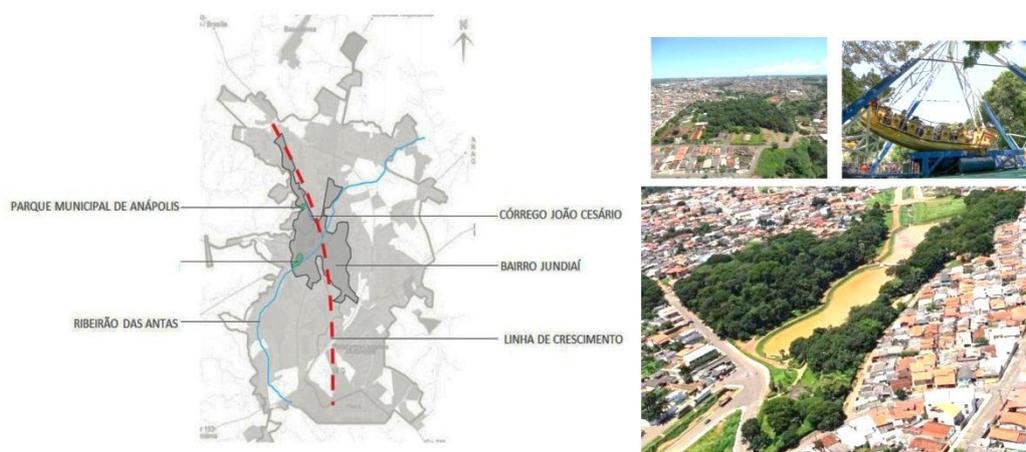


Figura 11a; b; c; d: Primeiros parques municipais, criados nos anos de 1970, localizados próximos ao centro da cidade.

Fonte: Arquivo do autor; Acervo QUAPÁ.

O que se observa é que criados anteriormente à associação da ideia de parque com preservação ao meio ambiente, tais parques tinham a finalidade de esportes, lazer ou contemplação. Eles configuram um determinado contexto histórico que expressa aquele período de expansão urbana, representando uma das maneiras de viabilizar nas áreas consolidadas acesso aos espaços públicos.

E esse é um contraponto importante a ser considerado ao se analisar os parques criados pela Prefeitura Municipal nos anos 2000, pois os mesmos continuarão tendo a conotação de espaço público e de lazer, porém serão acrescentados outros elementos que expressarão aspectos de maior complexidade como fragmentação urbana e diversificação de agentes produtores do espaço. Além disso, com o arranjo das forças econômicas que extrapolam o intraurbano, será preciso considerar aspectos regionais e até globais. A seguir uma breve análise de Anápolis como cidade pertencente ao eixo regional de cidades formado também por Goiânia e Brasília.

## **ANÁPOLIS, UMA CIDADE NO EIXO URBANO BRASÍLIA-GOIÂNIA: CONSEQUÊNCIAS MORFOLÓGICAS E RECONFIGURAÇÃO DA PAISAGEM**

Anápolis tem a história marcada por ter servido de ponto de apoio à construção de duas capitais: Goiânia, de 1933 a 1942, construída para ser a nova capital de Goiás; e Brasília, de 1955 a 1960, a nova capital federal. Como ponto final da estrada de ferro, posição que ocupou por muitos anos, era por Anápolis que chegavam as pessoas, as mercadorias e quase todo o material utilizado para construir essas novas cidades. Em suas olarias, por exemplo, se produziam os tijolos que ajudaram a erguer os prédios de Goiânia e Brasília. Como importante suporte, fornecia também diversos

serviços para os trabalhadores e especuladores que já habitavam a região do novo Distrito Federal, além de suprir com alimentos hortifrutigranjeiros.

Após a construção das BRs, o processo de urbanização influenciado pela construção da rede de comunicação que já havia ocorrido no Estado com as ferrovias no começo do século XX voltou a se intensificar com a construção das rodovias federais: BR-153, Brasília a Belém em todo o percurso; BR-020, Brasília a Fortaleza; BR-060, Brasília a Cuiabá, posteriormente surgiram BR-414, que conecta Niquelândia a Brasília, além das rodovias estaduais GO-222 ou GO-330.

Conforme a SEPLAN (2009), essa estrutura viária e as mais recentes estruturas logísticas implantadas, faz com que Anápolis seja denominada “trevo do Brasil2”, localização estratégica no sentido logístico, que veio a destaca-la economicamente como o principal dentre os municípios Goianos. Segundo o IPEA, Anápolis pertence a um eixo urbano dinâmico de elevado poder de polarização da rede urbana regional, o qual tem o poder de influência que se estende ao Centro-oeste, parte de Minas Gerais, Bahia e São Paulo alcançando inclusive a Região amazônica nas suas bordas sul: “é um espaço do agrobusiness de amplitude nacional e mesmo internacional”. (IPEA, 1999,159).



Figura 12: Localização do Eixo urbano Goiânia-Anápolis-Brasília.

Fonte: DIAS (2011).

Envolta a esse arranjo econômico, Anápolis replicará aspectos que conformam funcional e morfologicamente a cidade brasileira na segunda metade do século XX, tais como dispersão, verticalização, segregação e adensamento. Pois, como observa Maricato (2002) essas mudanças não significam que deixaram de existir questões estruturais arcaicas de seletividade do acesso ao solo, e conseqüente irregularidade fundiária que fragmentam o território e comprometem cada vez mais os recursos naturais.

As áreas verdes nos sistemas de espaços livres surgem como privilegiadas numa “morfologia de arquipélago”, cuja tendência à fragmentação socioespacial possibilita que sejam inseridas como estratégia competitiva, na medida em que a cidade possa se metamorfosear em um “modelo sustentável”. Como diz Aceselrad (1999) onde moram as pessoas com maior renda, potencializa-se a segregação por meio de espaços livres projetados.

Assim sendo, o discurso ambiental e sustentável não estaria realmente vinculado à disponibilidade de recursos naturais e energéticos, e sim à capacidade de criar e

intensificar sinergias entre agentes da sociedade (BORJA e CASTELLS, 1997; 1998). Nessa lógica, constrói-se uma imagem dominante com reprodução acrítica, pela qual as representações da paisagem que se impõem pela produção e apropriação dos espaços verdes nos sistemas de espaços livres, não absorvem a diversidade social e heterogeneidade dos agentes.

A figura 12 ilustra isso, onde há uma “morfologia de arquipélago” – termo empregado pelos pesquisadores (SILVA, MORAIS e NASCIMENTO: 2010) – no aproveitamento dos fragmentos de áreas verdes em parques e praças, sendo este desigual e fragmentado. Tais observações resultaram de cálculos feitos relacionando-se o índice de área verde (IAV = área verde total / n° de habitantes) dos bairros de Anápolis: as maiores e menores rendas coincidem também com maior ou menor percepção e desfrute dos espaços livres projetados, seguindo a segregação de renda dos moradores dos bairros onde estão localizados.

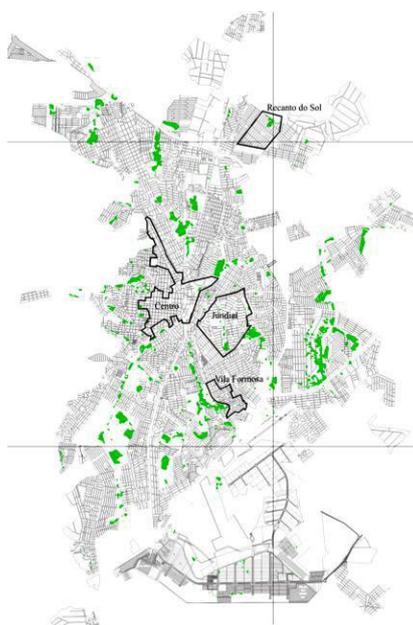


Figura 12: áreas verdes remanescentes fragmentadas.

Fonte: SILVA, MORAIS e NASCIMENTO, 2010

Após o esgotamento do modelo fordista de desenvolvimento, surgem no cenário de globalização financeira novos modelos de cidades como possíveis alternativas viáveis para “problemas” urbanos. Nestes, as áreas verdes nos sistemas de espaços livres, imersas em fragmentação social, tornam-se potencialidades na paisagem que podem vir a ser instrumentalizadas como prática, ou como discurso de gestão ambiental por meio de parques urbanos.

## PARQUES AMBIENTAIS EM ANÁPOLIS

Conforme vista na figura 12, há uma “morfologia de arquipélago” das vegetações remanescentes. Essa vegetação é oriunda na maior parte de matas ciliares da bacia

hidrográfica do Ribeirão das Antas, mas há algumas áreas verdes ligadas a nascentes ou cursos d'água que abastecem o Ribeirão João Leite à Oeste<sup>3</sup> da cidade.

Conforme vimos anteriormente, não houve em Anápolis um plano urbanístico de expansão, e sim linhas de crescimento correspondentes a diversos arranjos econômicos internos e externos à cidade. Não houve também preocupação em conservar espaços naturais cobertos de vegetação, embora a legislação federal exija a preservação das matas ciliares e nascentes.

Estudos feitos por Silva e Lacerda (2008) mostram que originalmente a região Sul de Anápolis – onde estão localizados o Parque Ambiental Ipiranga e o Parque da cidade – detinha 75% da área coberta por “cerrado ralo” e 25% recoberta por formações florestais, inclusas as Matas de Galeria. Segundo os autores, nesta região resta cerca de 7% da área recoberta por formações florestais, 15% por cerrado ralo e a fragmentação dos habitats.

A partir de 2010 a Prefeitura Municipal de Anápolis incorporou o lema de “cidade sustentável” – tendo por base o Plano Diretor de 2006 que afirma ser seu princípio norteador o disposto no Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001 que rege o direito a cidades sustentáveis. Conforme noticiou o Jornal Opção (4 a 11 de setembro de 2011), o Prefeito Antônio Gomide estaria dando um enfoque especial aos parques desde que assumira a Prefeitura em 2009, tendo revitalizado os parques existentes no primeiro ano de gestão, e, no decorrer do segundo ano construído o Parque Ambiental Ipiranga.



Figuras 13a; b; c; d: Projeto e construção do Parque Ambiental Ipiranga.

Fontes: FAGM Arquitetos; Acervo de *Anápolis na Rede*.

Conforme noticia ainda o jornal acima referido, em dezembro de 2010, a Prefeitura inaugurou o Parque Ambiental Ipiranga no Jundiáí, bairro nobre da cidade. E, em setembro de 2011 já era sentida a especulação imobiliária:

Na orla do Ipiranga, restaurantes e bares direcionados à classe A foram montados. Prédios de luxos, de quatro quartos com suítes, também estão sendo construídos no entorno do Parque. “Temos visto as construtoras de Anápolis e de fora [da cidade] comprando casas, inclusive de pessoas tradicionais, e demolindo-as para fazerem novas construções, o que é comum em torno de parques do porte do Ipiranga, afirma o secretário de Meio Ambiente e Agricultura.”

<http://www.jornalopcao.com.br/colunas/anapolis/maior-parque-de-goias-tem-inspiracao-paulista>

Portanto, conforme já observado ao citarmos Villaça (2008), o Parque Ipiranga reforçou a consolidação intraurbana de serviços na região Sul de Anápolis, e mais especificamente no bairro Jundiáí, aumentando a valorização do solo, como se poder ver na fala do secretário supracitada. Desse modo, o lema visível no discurso ambiental das peças de propaganda, como na do Parque Ambiental Ipiranga, não abrange a sustentabilidade social. Atrelado apenas à implantação dos parques, tal discurso torna-se uma aplicação da crítica ao discurso da sustentabilidade feita por Acserald (2008).



Figura 14: peça de propaganda comemorativa aos 108 anos de Anápolis, tendo o Parque Ipiranga como mote principal.

Fonte: <http://7minutos.com.br/agenda-cultural-movimenta-anapolis-nos-seus-108-anos/>

Por outro lado, conforme pudemos observar *in loco*, o parque foi apropriado por frequentadores de todas as partes da cidade, atendendo desse modo a demanda por esporte, lazer, fruição e encontro. De modo análogo aos parques construídos nos anos de 1970, o novo parque passou a dar continuidade às antigas funções exercidas por aqueles parques. Embora não abranja toda a complexidade que o discurso ambiental demonstra, há sim alguns aspectos sociais que precisam ser considerados. Evidentemente, estes aspectos não resolvem os problemas sociais mais agudos e arcaicos levantados por Maricato (2003).

Em julho de 2011 foi iniciada a construção do Parque da cidade, o qual foi inaugurado em julho de 2014. Portanto, três anos depois. Nesse ínterim, em dezembro de 2012 foi inaugurado o Parque da Liberdade<sup>5</sup>. Localizado em uma área bem próxima ao Parque Senador Onofre Quinan, o Parque da Liberdade contudo, não pertence à bacia do Córrego das Antas e sim à Bacia Hidrográfica do Ribeirão João Leite, por ter sido construído na área de abrangência que preconiza a lei para a proteção da nascente do Córrego Catingueiros.

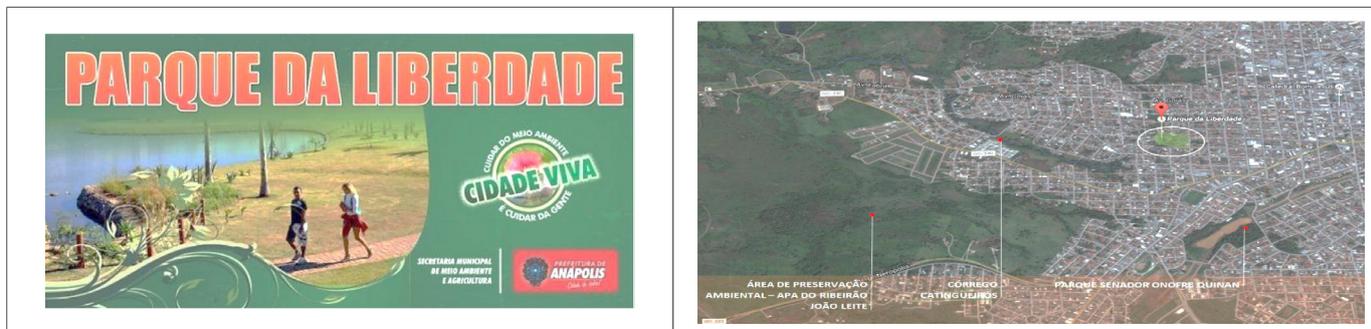


Figura 15a; b: Localização do Parque da Liberdade, próxima ao Parque Senador Onofre Quinan e a APA João Leite.

Fonte: arquivo do autor; Intervenção sobre *Google Earth*.

Curiosamente, a palavra “liberdade” nesse caso mais parece uma metáfora porque as suas características fogem por completo às análises feitas sobre o Parque Ambiental Ipiranga, muitas das quais também se aplicarão à análise do Parque da Cidade, a ser feita em seguida.

Situado em uma área próxima ao Centro da Cidade, é um local de alta densidade residencial e de renda mais baixa, comparativamente ao entorno do Parque Ipiranga. A ocupação residencial foi se sobrepondo à área bem próxima à nascente do córrego, não chegou a soterrá-la, contudo, o local passou a ser utilizado como “lixão” pelos moradores.

Então, nesse caso, a construção do parque de fato teve uma função de “serviço de ecossistemas” (TICKELL, 2001), tanto nos aspectos de recuperação dos recursos naturais porque recuperou e preservou a nascente que estava degradada – e com isso contribuiu para o “metabolismo da cidade” (VENDRAMINI et al, 2006) –, quanto social, porque não produziu fragmentações, ao contrário tem sido apropriado pelos moradores do entorno.



Figuras 16a; b: Parque da Liberdade.

Fonte: acervo QUAPÁ.

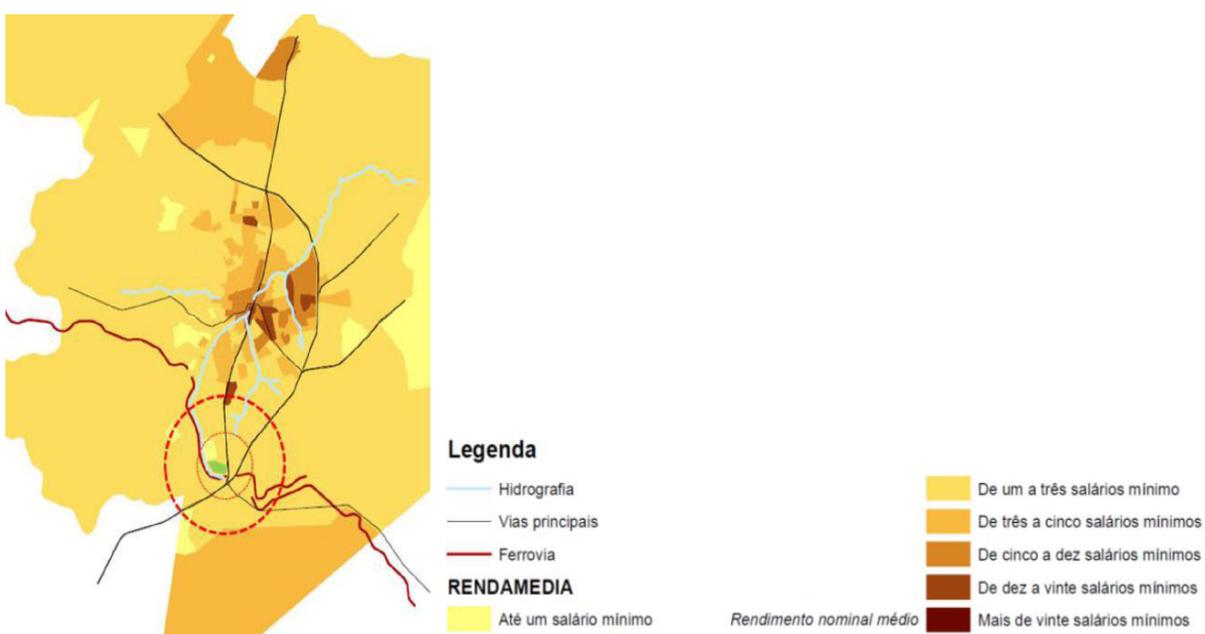
Portanto, podemos considerar que, embora não podendo resolver as questões as fragmentações urbanas acima discutidas, o Parque da Liberdade aprofunda bem mais as soluções ambientais, e atende em boa medida a “simbiose necessária entre a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade social” (DEMANTOVA e RUTKOWSKI, 2007), e em alguma medida atende a crescente demanda por “metabolismo urbano”

(VENDRAMINI *et al*, 2005).

O Parque da Cidade está situado no extremo sul da Avenida Brasil, bem próximo ao cruzamento desta com a BR 153 onde está a rotatória que dá acesso ao Distrito Agro Industrial de Anápolis (DAIA).

Provavelmente por causa de sua implantação mais afastada das áreas residenciais consolidadas, além da estrutura viária que neste caso funciona mais como barreira do que como acessibilidade ao fluxo de pedestres, esse parque, o mais recente entregue para o uso da população, tem baixíssima adesão de apropriação por parte dos moradores da cidade.

Seguindo o raciocínio de Silva, Morais e Nascimento (2010), este caso também ilustra “morfologia de arquipélago”, ou seja, o nível de aproveitamento e de percepção das áreas livres é vertiginosamente decrescente na medida em que decresce a renda dos moradores do entorno. Conforme podemos observar na figura abaixo, o Parque da Cidade está cercado por habitantes de mais baixa renda de Anápolis, pois circunscritos em um raio de 2,5 Km verificamos moradores com renda de até um salário mínimo, e de um a três salários mínimos.



Figuras 17a; b: O parque da cidade e os elementos que compõem o seu entorno; faixas de renda

Por outro lado, em um raio de 5 km encontram-se superiores a dez e até vinte

salários mínimos. É provável que a baixa acessibilidade ao Parque seja reforçada devido ao grande número de equipamentos e infraestrutura de grande escala que funcionam em relação ao parque como barreiras morfológicas. Tais como a Avenida Brasil, que na parte Sul tem três pistas de rolamentos de cada lado, e mais um grande canteiro central; a BR 153; o viaduto no cruzamento da Avenida Brasil com a BR; o Centro de Convenções cuja arquitetura não dialoga com o parque, dando à íngreme topografia um forte aspecto de segregação e fragmentação; além disso, há também o kartódromo que não integra com nenhum outro elemento urbanístico do entorno imediato, também configurando forte segregação em relação ao parque.

Em decorrência dessas questões apresentadas, o discurso ambiental sobre o Parque da Cidade fica ainda mais fragilizado. Embora este parque tenha sido construído com fundos federais pela empresa Valec – que estabeleceu em Anápolis o marco-zero da Ferrovia Norte-Sul – como compensação por ter aterrado uma das nascentes do Ribeirão das Antas, e durante a construção de modo similar ao Parque da Liberdade também houve revitalização da área de nascente fortemente degradada por despejo de lixo, é duvidoso afirmar que de fato houve compensação ambiental sob um olhar mais complexo, tal como exigiria a análise deste espaço livre nesta área de expansão sul da cidade, e de complexa configuração social e econômica.

## CONSIDERAÇÕES

Esse trabalho foi o resultado parcial de uma pesquisa bibliográfica feita após a realização da Oficina QUAPA/SEL em fevereiro do corrente ano. Pudemos observar que os parques existentes na cidade seguem basicamente dois modelos de parques urbanos. Como elementos morfológicos que seguem a linha de crescimento norte/sul, os primeiros parques surgem nos anos de 1970 como espaços de encontro, fruição e lazer, em uma mancha urbana consolidada até o período. Os demais parques surgem durante os anos 2.000, e em todos eles se observou a imagem e o discurso da sustentabilidade ambiental, embora na maior parte das vezes tenham opostamente servido para aprofundar as fragmentações urbanas em uma “morfologia de arquipélagos”, que se tornaram o conjunto das áreas verdes projetadas, dentre elas os parques.

## REFERÊNCIAS

ACSERALD, H. **Sentidos da sustentabilidade urbana**. In ACSELRAD, H. (Org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP7A, 2001.

BORJA, J. & CASTELLS, M. **Local y global. La gestión de las ciudades em la era de la información**. Madri: Taurus, 1998.

DEMANTOVA, G. C.; RUTKOWSKI, E. **A sustentabilidade urbana: Simbiose necessária**. Vitruvius, set. 2007 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.088/210>>.

IPEA – **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil** IPEA/UNICAMP/NESUR/IBGE – Campinas/SP, UNICAMP. IE, 1999.

JANOSCHKA, M. **El nuevo modelo de la ciudad latinoamericana: fragmentación y privatización**. Eure, Santiago, v. 28, n. 85, 2002.

MAGALHÃES, Sérgio. **A cidade na incerteza: ruptura e contiguidade em urbanismo**. Rio de Janeiro: Viana e Mosley: Ed. PROURB, 2007.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estudos Avançados n. 17(48). 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>

PANERAI, Philippe. **Análise urbana**. Brasília: Editora UnB, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS. **Plano diretor - 2006**.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. Studio Nobel, Fapesp, 1998.

SILVA, N, C.; MORAIS, R. P. de; NASCIMENTO, A. S. do. **Verificação das áreas verdes**. Anais do I Simpósio Nacional de Ciência e Meio Ambiente. [http://mestrado.unievangelica.edu.br/sncma/anais/anais/2010/2010\\_comunicacaooral\\_025.pdf](http://mestrado.unievangelica.edu.br/sncma/anais/anais/2010/2010_comunicacaooral_025.pdf)

TICKELL, Crispin. “Introdução”. In: ROGERS, Richard. **Cidades para um pequeno planeta**. Barcelona, Gustavo Gili, 2001, p. VI.

VENDRAMINI, P. R. da R. J. *Et al* Fragilidade ambiental das áreas urbanas: o metabolismo das cidades. Vitruvius, abr. 2005 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.059/472>>.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-85107-60-4



9 788585 107604